

Capacidade empreendedora

O futuro econômico e social do Distrito Federal está inexoravelmente ligado à diversificação de suas atividades e à ampliação de sua produção, restringindo-se gradualmente o peso da administração pública federal. Este diagnóstico não é novo e a busca de caminhos tem sido uma preocupação constante do Governo do DF, da iniciativa privada, através de suas entidades e do Jornal de Brasília, que já promoveu e deu cobertura a uma série de eventos com esse objetivo.

Por mais que se criem mecanismos de fomento, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e outras formas de incentivo, o certo é que o desenvolvimento econômico e social do DF, fora das atividades públicas, passa necessariamente pelo mercado e pela capacidade empreendedora de seus habitantes. Por este motivo, a evolução do número de empresas existentes no Distrito Federal é um indicador a ser atentamente observado juntamente com dados relativos a montante das vendas, recolhimento de tributos e nível de emprego.

No final de 1993, tornaram-se públicos os números relativos a vendas, tributos e emprego. Com variações, algumas preocupantes, outras perfeitamente compreensíveis, inclusive por uma questão de tempo, todos eram positivos. Em matéria publicada na edição de sexta-feira, este jornal divulgou dados da Junta Comercial relativos ao número de empresas constituídas no DF, no ano passado. A informação confirma a tendência previamente detectada, com um detalhe importante: enquanto montante de vendas, arrecadação de impostos e nível de emprego podem resultar apenas de uma retomada econômica nacional — que efetivamente vem ocorrendo —, a abertura de novas firmas indica que, além disso, registra-se uma ampliação dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços.

O aumento do número de empresas no DF não é um fenômeno novo. Ele já havia ocorrido, por exemplo, logo após o início do governo Collor, quando milhares de funcionários públicos foram afastados ou coloca-

dos em disponibilidade. O que ocorre agora é algo mais saudável, pois a constituição das novas firmas não é uma mera busca de alternativa para um setor que se pretendia encolher.

De acordo com a reportagem, em 1993, foram criadas 9.315 novas empresas, o que significa um crescimento de 8,9% em relação ao número de firmas constituídas no ano anterior. O dado, em si, é expressivo, mas não deve ser visto isoladamente. Uma avaliação mais segura levaria em conta questões como objetivos sociais das novas empresas, capital, origem econômica de seus controladores, etc.

O mais provável, entretanto, é que ocorra, no Distrito Federal, algo semelhante ao observado em outras unidades da Federação: a maioria das novas firmas são pequenas ou microempresas voltadas para o comércio, a prestação de serviços ou a produção semi-artesanal. Isso não desmerece os responsáveis por estas iniciativas, embora limite o impacto das mesmas sobre a vida econômica do DF. Pela mesma razão, as novas empresas tendem a ser mais vulneráveis à dura realidade do mercado, o que sugere que, por fatores mercadológicos ou administrativos, principalmente, o empreendimento venha a fenecer após algum tempo.

As chances, hoje, das iniciativas dos novos empresários são mais favoráveis que há algum tempo, não apenas devido à conjuntura expansionista (embora a inflação elevada costume ser um inimigo implacável, devorador dos projetos recém-nascidos), mas também devido à simplificação das exigências formais em relação às microempresas e ao apoio que recebem de entidades como o Sebrae. Mesmo levando-se em conta esses fatores, os dados agora divulgados são importantes, pois incluem uma redução do número de empresas extintas, que é substancialmente menor que o de criadas — apenas 435 foram extintas em 93, contra 470, no ano anterior. Ou seja, além de aumentar o número de novas empresas, o das que encerraram suas atividades diminuiu, o que significa um aumento relativo e absoluto das firmas em operação no DF.